

Desenvolvimento
sustentável:
o que nós,
classe
trabalhadora,
temos a ver
com isso



Expediente

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
O QUE NÓS, CLASSE TRABALHADORA,
TEMOS A VER COM ISSO?**

ISBN 978-85-99138-44-1

Outubro de 2014

São Paulo – SP – Brasil



INSTITUTO
OBSERVATÓRIO
SOCIAL



EXECUÇÃO

Central Única dos Trabalhadores
Fundação Friedrich Ebert
Instituto Observatório Social

SUPERVISÃO TÉCNICA

Tina Hennecken
Leo Fried

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Paola Bello
SC03022JP

TEXTOS

Daniel Angelim
Thaís Brianezi
Vânia Viana
Vicente Gomes Macedo Neto

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

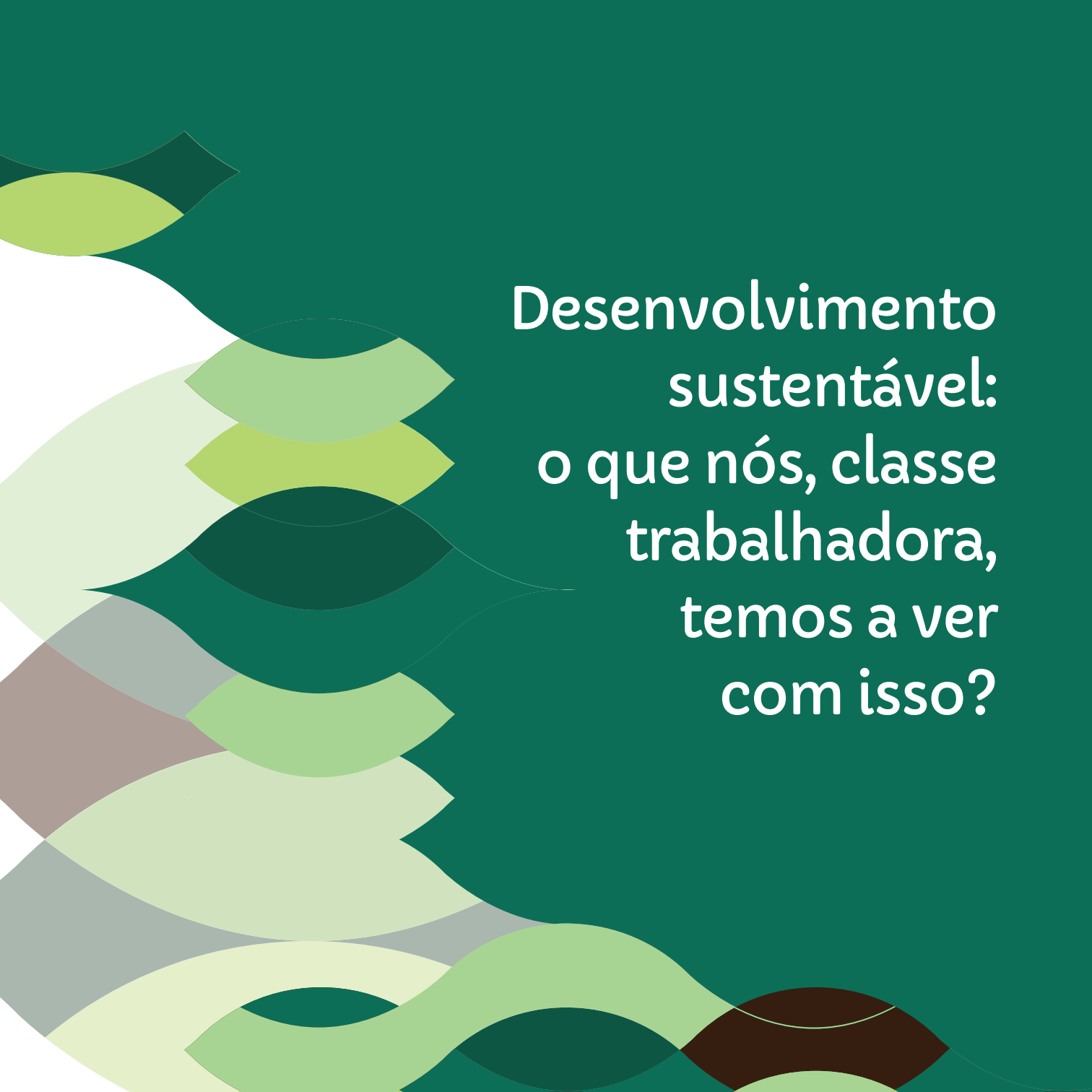
Carla De Bona

IMPRESSÃO

Garilli Gráfica e Editora

TIRAGEM

5.000 exemplares



Desenvolvimento
sustentável:
o que nós, classe
trabalhadora,
temos a ver
com isso?

Para ir direto ao tópico de interesse, clique sobre o título.

07 POR QUE UM GUIA SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 10

- Afinal, o que é mesmo desenvolvimento sustentável? 12
- A economia verde: a sustentabilidade dos empresários 16
- Qual é o futuro que nós queremos de verdade? 18
- Os sindicatos na disputa por um novo modelo econômico 21

25 NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

- 26 Qual o papel dos sindicatos nas negociações internacionais?
- 27 Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
 - 27 O que é a Convenção do Clima?
 - 28 Como ela afeta as nossas vidas?
 - 29 Que propostas os sindicatos defendem?
- 32 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)
 - 32 O que são os ODS?
 - 35 Como eles afetam nossas vidas?
 - 36 Que propostas os sindicatos defendem?

38

O BRASIL DE CONTRASTES

40 Grande poluidor com matriz energética limpa?

42 Energia

42 Deitado eternamente em berço esplêndido?

46 E o potencial das novas energias renováveis?

48 O setor de energia e os gases de efeito estufa

50 Indústria

50 Por que o Brasil corre risco de primarização?

52 O que é uma política industrial sustentável?

53 E por que mesmo nós precisamos dela?

54 Agricultura

54 Por que a agricultura é parte do problema?

56 Como a agricultura pode ser parte da solução?

57

COMO CONTINUAR ACOMPANHANDO ESSE DEBATE?



Autores

DANIEL ANGELIM

Responsável técnico pelo tema Meio Ambiente e Trabalho na Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas.

THAÍS BRIANEZI

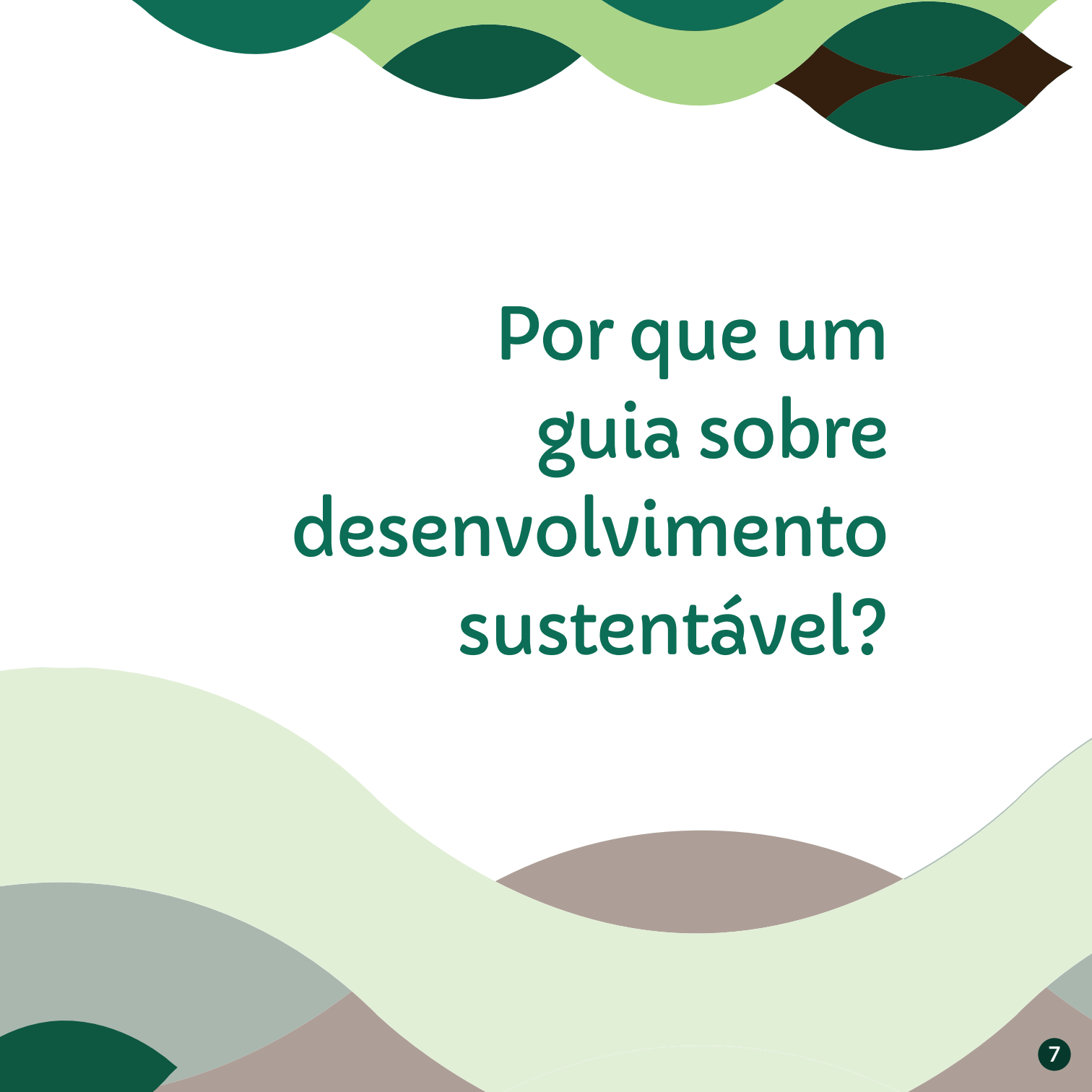
Jornalista, mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (Ufam) e doutora em Ciência Ambiental (USP).

VÂNIA VIANA

Assessora da Secretaria Nacional de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores.

VICENTE GOMES MACEDO NETO

Mestre em Políticas do Trabalho e Globalização (Universidade de Kassel) e pesquisador do Instituto Observatório Social.



Por que um guia sobre desenvolvimento sustentável?

Você já deve ter ouvido falar em desenvolvimento sustentável. Esse conceito ganhou força a partir dos anos 1970 e, atualmente, se popularizou. Ele já faz parte do vocabulário não apenas dos sindicatos, movimentos sociais e ONGs, mas também de governos e empresas. Mas, afinal, o que é o desenvolvimento sustentável? O termo tem o mesmo significado para todos os sujeitos e classes sociais? Na prática, o que nós, trabalhadoras e trabalhadores, temos a ver com esse debate?

Este guia sindical pretende abordar essas e outras perguntas, de forma didática e contextualizada. Ele é fruto da certeza que a preocupante crise ambiental que se agrava há algumas décadas tem um inquestionável vínculo com o aprofundamento da crise econômica e de justiça social, com impactos perversos sobre o mundo do trabalho.

O movimento sindical brasileiro, cada vez mais articulado



regional e internacionalmente, entende que para assegurar dignidade, liberdade e igualdade social à classe trabalhadora, é preciso tomar também para si a causa de uma transição socialmente justa para um novo modelo de desenvolvimento.

Coerente com esse processo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Instituto Observatório Social (IOS), com a colaboração da Fundação Friedrich Ebert (FES), elaboraram a cartilha que você tem em mãos. Ela está dividida em três grandes seções: a primeira aborda o debate mais geral sobre desenvolvimento sustentável, fazendo um contraponto à visão empresarial da economia verde e apresentando a Plataforma de Desenvolvimento das Américas; a segunda detalha como o sindicalismo brasileiro tem participado ativamente das negociações multilaterais sobre mudanças climáticas e de construção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; a terceira, por fim, aprofunda o olhar para o contexto nacional e se foca nos potenciais e nos desafios do Brasil em três temas chave (energia, agricultura e indústria). Boa leitura!

Jasseir Alves Fernandes
Secretário Nacional
de Meio Ambiente da CUT

Antonio Lisboa
Secretário Nacional de
Relações Internacionais da CUT

Roni Barbosa
Presidente do Instituto
Observatório Social

Tina Hennecken
Diretora da FES Brasil


Desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável é um conceito ainda em construção e disputa. Desde a Rio92, ele vem sendo representado pelo equilíbrio do tripé: economia, sociedade e ambiente. O sindicalismo acrescenta uma quarta dimensão fundamental: a política.


A visão empresarial da sustentabilidade é traduzida pelo ideário da economia verde. Nele não entram em pauta as desigualdades sociais nem a revisão mais profunda do nosso atual modelo predatório de produção e consumo.

A construção do futuro que a classe trabalhadora realmente deseja passa pelo enfrentamento da mercantilização dos bens comuns, do consumismo, da globalização neoliberal e do enfraquecimento dos Estados nacionais.





Afinal, o que é mesmo desenvolvimento sustentável?




O desenvolvimento sustentável costuma ser definido como o processo que melhora as condições de vida das pessoas e, ao mesmo tempo, respeita os limites da capacidade dos ecossistemas. Ou, em outras palavras: garante as necessidades das gerações presentes sem comprometer a sobrevivência digna das futuras gerações.

Ele é muitas vezes representado por uma equação matemática:



A tradução do conceito de sustentabilidade com o equilíbrio entre esses três pilares se oficializou a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92 ou Rio92, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992.



A Eco-92 representou um marco histórico do movimento socioambiental. Apesar do contexto de neoliberalismo que imperava na década de 1990, ela resultou em documentos e compromissos importantes, como a Agenda 21, a Carta da Terra, a Declaração sobre o Manejo de Florestas e as Convenções de Mudanças Climáticas, Diversidade Biológica e de Desertificação.

Mas a visão de desenvolvimento sustentável que se fortaleceu a partir de então, baseada no tripé economia, sociedade e meio ambiente, é limitada. Ela não incorpora, por exemplo, o pilar da política, que para o movimento sindical é fundamental. As trabalhadoras e os trabalhadores traduzem assim as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável:



DIMENSÃO ECOLÓGICA

Refere-se diretamente à ideia de que é fundamental preservar e valorizar a diversidade e a complexidade dos ecossistemas, seus ciclos naturais e sua biodiversidade.



DIMENSÃO SOCIAL

Aponta que o acesso aos bens naturais deve ser público e equitativo, tanto no presente quanto para as gerações futuras, assim como entre gêneros e culturas.



DIMENSÃO ECONÔMICA

Pressupõe uma mudança de foco da atividade econômica, reconhecendo que ela é parte de um sistema mais amplo (inclusive ambiental) e priorizando a distribuição de renda, oportunidades, riquezas e excedentes.



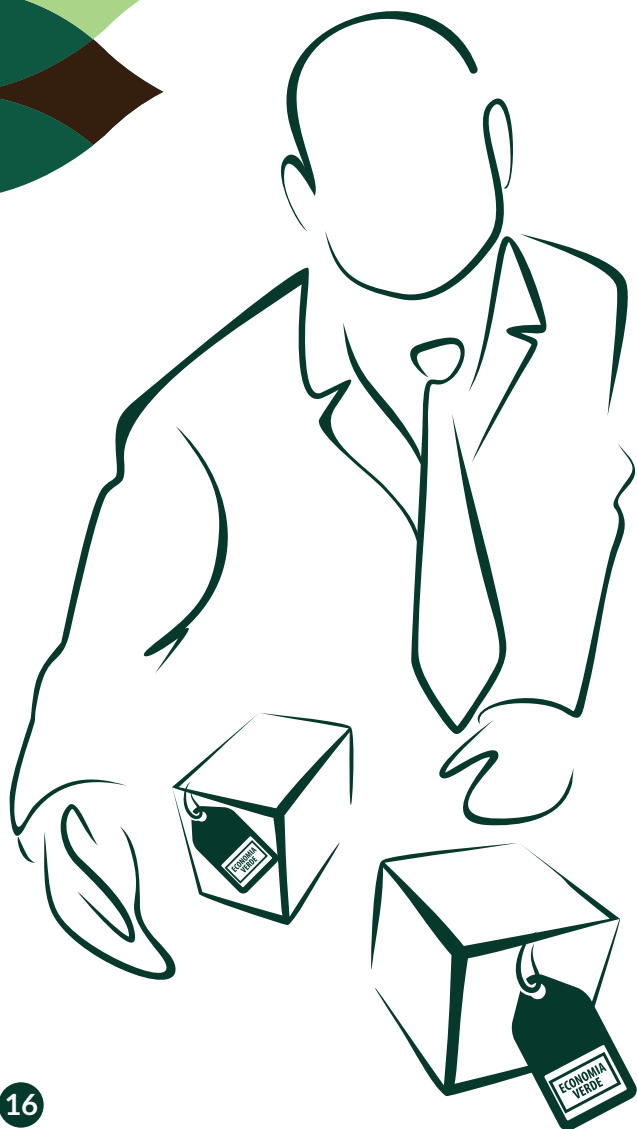
DIMENSÃO POLÍTICA

Diz respeito à participação direta do povo no processo de tomada de decisão, na gestão dos bens naturais e na definição do seu futuro coletivo.

A economia verde: a sustentabilidade dos empresários

O desenvolvimento sustentável é um conceito em disputa. Cada vez mais pessoas e organizações concordam que o atual modelo de produção e consumo dominante é insustentável. As diferenças de visão de mundo e de projetos políticos começam a aparecer na hora de se definir o que fazer na prática para construir um outro mundo possível.

Para a maior parte dos empresários, o caminho para o desenvolvimento sustentável é pela via do mercado: a chamada economia verde. O termo vem sendo difundido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) desde 2008, com a criação da Iniciativa sobre Economia Verde. Mas ele é fruto dos debates sobre meio ambiente e economia promovidos desde 1984 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).



A Iniciativa sobre Economia Verde já publicou dois documentos oficiais, ambos coordenados por Pavan Sukhdev, um alto executivo do mercado financeiro. O primeiro, em 2009, intitulou-se *A economia dos ecossistemas e da biodiversidade*. O segundo, *Rumo à economia verde*, foi publicado em 2011, no contexto dos debates preparatórios à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (a Rio+20, que também aconteceu no Rio de Janeiro, em 2012).

A proposta desses documentos seria constituir um Novo Acordo Global Verde, tomando como referência o Novo Acordo (ou New Deal, em inglês), elaborado para combater a Grande Depressão nos Estados Unidos na década de 1930. O objetivo seria recuperar a economia e fazer a transição para um modelo de baixa emissão de carbono (ou seja, que emita menos gases de efeito estufa, que agravam o aquecimento global).

O caminho seria transformar os setores chave da economia que atualmente são grandes consumidores de energia e recursos naturais, por meio da adoção de uma série de políticas executadas pelo setor privado e público. Entre as ferramentas propostas em âmbito global estão a utilização de novos instrumentos de mercado (como o mercado de créditos de carbono), as melhorias nas legislações ambientais e os investimentos públicos verdes.

O tema da economia verde dominou os debates oficiais da Rio+20. Neles estava em pauta o combate à extrema pobreza, mas não às desigualdades sociais nem à extrema riqueza. Dito de outra forma: não havia um questionamento verdadeiro aos padrões de consumo e aos estilos de vida desiguais e injustos das economias de mercado. Seguindo a linha de exaltação ao progresso tecnológico e material, os documentos oficiais que trataram da economia verde também não reconheceram os limites ecológicos ao crescimento econômico.



Qual é o futuro que nós queremos de verdade?

O documento final da Rio+20 se chama *O Futuro que queremos*. Ele é fruto do processo oficial das negociações da conferência, que se centrou no debate limitado sobre economia verde.

Mas houve um processo paralelo organizado pela sociedade civil e movimentos sociais de diversos países. Não por acaso, ele recebeu o nome de Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental e teve como lema “em defesa dos bens comuns e contra a mercantilização da vida”.

Esse evento aconteceu entre os dias 15 e 23 de junho de 2012, no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro. A Cúpula, mesmo tendo uma agenda de temas muito ampla, concentrou suas atenções em trazer propostas e saídas para as múltiplas crises vividas pelos povos.

O movimento sindical participou desse processo. Ele entende que o caminho para o verdadeiro desenvolvimento sustentável não pode fugir dos seguintes temas:

MERCANTILIZAÇÃO

A construção da sustentabilidade passa pela economia. Mas unir economia, sociedade, ambiente e política não significa transformar a natureza e seus “serviços” em mercadoria, reforçando a lógica da privatização. Ao contrário: é necessário fortalecer a esfera dos direitos coletivos, garantindo condições de vida dignas tanto para os povos como para a natureza.

CONSUMISMO

A sociedade de consumo super explora o meio ambiente e as trabalhadoras e trabalhadores, promovendo desigualdade social. Atualmente, a maior fonte de pressão sobre as fronteiras ecológicas são os níveis de consumo excessivo dos cerca de 10% mais ricos do mundo (que detêm 57% da renda global), alimentados pelos bens e serviços produzidos de forma insustentável principalmente pelas grandes corporações.

GLOBALIZAÇÃO

A economia mundial está conectada por cadeias de produção globais em cujas pontas estão as grandes corporações. Os países criam políticas de

atração para essas multinacionais, com redução de impostos e muitas vezes flexibilizando direitos trabalhistas e as legislações ambientais. Os impactos negativos da produção ficam nos territórios, mas a riqueza gerada, não.

ENFRAQUECIMENTO DOS ESTADOS NACIONAIS

Em um contexto neoliberal, a ação do Estado é denunciada como intervencionismo e protecionismo. Mas ela é fundamental para garantir os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, o uso equilibrado dos recursos naturais e a distribuição justa dos benefícios da atividade econômica. O livre mercado não consegue criar desenvolvimento sustentável.

As relações econômicas são relações sociais e, portanto, podem (e devem) ser movidas por outra ética que não a da busca desenfreada pelo lucro e consumo. A transição para o tão sonhado desenvolvimento sustentável deve garantir a liberdade de organização e o direito à contratação coletiva, assim como o estabelecimento de uma ampla rede de seguridade e proteção social, entendida como um direito humano, bem como de políticas públicas que promovam todas as formas de trabalho decente.

Além disso, ela deve se preocupar não apenas com o futuro, mas também com as necessidades presentes. Isso significa que as atuais trabalhadoras e trabalhadores devem participar e se beneficiar desde já com as mudanças – e não apenas arcar com os seus custos.

Os sindicatos na disputa por um novo modelo econômico

Os sindicatos, que atuam nacional e internacionalmente, de forma coordenada com outros movimentos sociais, têm resistido e enfrentado as falsas soluções oferecidas pelos mercados. Eles vão além da denúncia e apresentam propostas de transição justa para um novo modelo de desenvolvimento.



Essas propostas são fruto de um amplo processo de construção e debates coletivos. Entre 2005 e 2011, por exemplo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) realizou uma série de encontros regionais para se discutir o desenvolvimento.

Desde 2005, também, os sindicatos brasileiros participam da Plataforma Laboral das Américas que, em 2008, impulsionou a criação da Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA). Nesse importante espaço de articulação e a partir do diálogo com organizações ambientalistas, camponesas e de mulheres da América Latina e do Caribe, foi construída a Plataforma de Desenvolvimento das Américas (PLADA), lançada em maio de 2014

A plataforma reconhece que a classe trabalhadora de nossa região está melhor hoje do que há 20 anos e que isso se deve ao ciclo político progressista que já dura mais de 15 anos. Mas lembra que os avanços não foram suficientes nem estão consolidados, sofrendo ameaças de reversão, sobretudo desde a eclosão da crise do capitalismo mundial de 2008.

O documento sistematiza os desafios que devemos enfrentar se quisermos que essas conquistas não retrocedam e, especialmente, se quisermos avançar para um desenvolvimento sustentável, socialmente inclusivo, politicamente democrático e baseado no direito inalienável dos povos de decidir sobre o seu futuro. Ele está organizado nas quatro dimensões do desenvolvimento sustentável propostas pelo sindicalismo:



DIMENSÃO POLÍTICA

O eixo é o aprofundamento da democracia, com participação ativa da classe trabalhadora nos espaços públicos. O Estado deve regular o mercado de modo a satisfazer necessidades sociais atuais e velar pelas gerações futuras.



DIMENSÃO ECONÔMICA

O eixo é divisão justa da renda e da riqueza. Para isso, aposta-se em autênticos processos de integração regionais e sub-regional como ferramentas de desenvolvimento, na construção de uma nova arquitetura financeira e fiscal, na reforma agrária que promova a soberania alimentar e em processos de pesquisa com transferência de tecnologia.



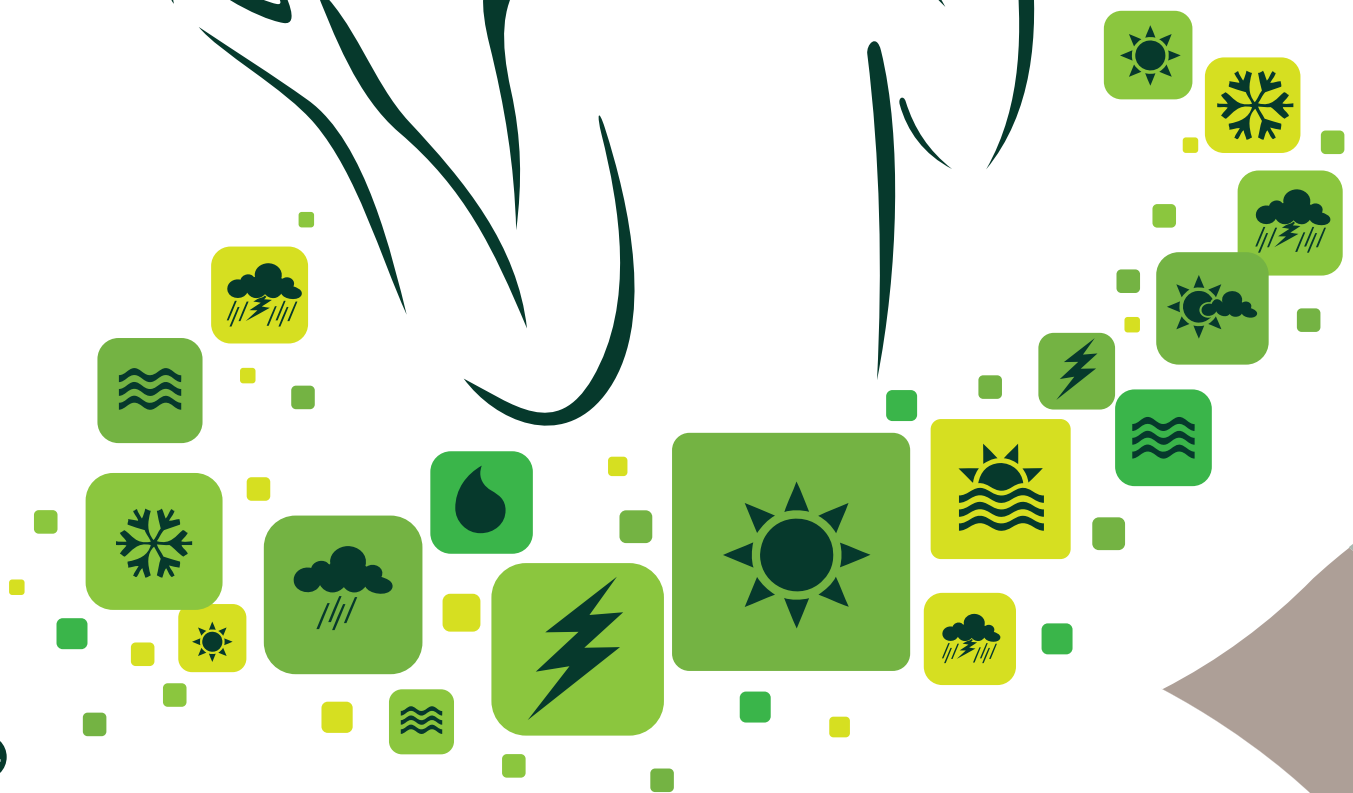
DIMENSÃO SOCIAL

O eixo é o direito ao trabalho decente, com igualdade entre gêneros, etnias e gerações, sem discriminação por deficiência, orientação ou identidade sexual. Isso pressupõe respeito à liberdade sindical e à negociação coletiva, um sistema de seguridade social universal e solidário e a defesa dos direitos e bens públicos.



DIMENSÃO AMBIENTAL

O eixo é o direito ao desenvolvimento sustentável. Isso significa enfrentar as assimetrias entre Norte e Sul e, dentro de cada país, entre classes sociais. Ou seja: é preciso brechar o consumo predatório no Norte do mundo e nas classes ricas e elevar as maiorias a novos níveis de consumo e satisfação de necessidades, mas já sob um novo paradigma (não consumista).



Negociações internacionais

Os sindicatos brasileiros atuam na arena nacional, mas também em articulações regionais e mundiais. Eles participam ativamente dos principais fóruns das Nações Unidas relacionados à agenda da sustentabilidade, como a Convenção do Clima e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Esses processos multilaterais têm ligação direta com o nosso dia a dia. As mudanças climáticas, por exemplo, já são realidade e seus impactos (como o aumento das secas e das enchentes) atingem com mais força a classe trabalhadora.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável substituirão os atuais Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Eles vão valer de 2016 a 2030 e podem ajudar a definir prioridades e a direcionar recursos de governos, de empresas e da própria sociedade civil.



Qual o papel dos sindicatos nas negociações internacionais?

As trabalhadoras e trabalhadores brasileiros estão inseridos de forma protagonista no panorama internacional das disputas e polêmicas acerca do desenvolvimento sustentável. Os sindicatos têm cumprido um papel de destaque em diversos fóruns multilaterais promovidos pelas Nações Unidas, nos quais têm colocado sua pauta de lutas e propostas a fim de se construir uma transição justa para um novo modelo de desenvolvimento.

Dos muitos espaços internacionais de negociação dos quais o sindicalismo brasileiro participa, vamos nos deter aqui em dois processos chave: a Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e a definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (também conhecida pelo termo Agenda Pós-2015).

Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas



O QUE É A CONVENÇÃO DO CLIMA?

Já vimos que a Convenção do Clima — cujo nome completo é Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas — foi criada em 1992, como um dos principais resultados da chamada Eco-92. Ela é um acordo internacional pelo qual os países estabelecem uma série de conceitos, princípios e obrigações com o objetivo de estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que não ofereça perigo para o sistema climático. Em outras palavras: é a arena na qual os países negociam compromissos e estratégias conjuntas para enfrentar o aquecimento global.

Todos os anos, desde 1995, esses países se reúnem na Conferência das Partes (COP), para traçar acordos sobre diversas questões relacionadas a esse grande objetivo. Em 1997, na COP 3, no Japão, foi criado o Protocolo de Kyoto, o instrumento mais conhecido da Convenção do Clima. Ele definiu metas de redução de emissões de gases de efeito estufa para os países desenvolvidos que, historicamente, mais contribuíram para o aquecimento global.

O primeiro período de compromisso do Protocolo de Kyoto durou de 2008 a 2012 – e poucos países conseguiram alcançar as metas acordadas. Agora, está em negociação um segundo período, que deve ter metas também para os países em desenvolvimento que se tornaram grandes emissores de gases de efeito estufa (como o próprio Brasil). Esse acordo deverá ser concluído em 2015, na COP 21, em Paris, e deverá entrar em vigor a partir de 2020.

COMO ELA AFETA AS NOSSAS VIDAS?



As mudanças climáticas são uma ameaça real e nós já estamos sentindo seus efeitos. O quinto e mais recente relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (conhecido como IPCC, que é o conjunto de cientistas que estuda o tema) aponta que até 2100 o mundo poderá ficar em média entre 2°C e 4°C mais quente do que era antes da Revolução Industrial.

Isso tem consequências graves para a estabilidade do clima, como a maior intensidade e frequência dos chamados eventos climáticos extremos. No Brasil, nos últimos anos, as grandes secas e enchentes têm se tornado cada vez mais comuns. Elas colocam em risco o abastecimento de água, a produção de energia elétrica e de alimentos.

Os mais afetados pelas mudanças climáticas são a classe trabalhadora. Somos nós que estamos mais vulneráveis aos impactos dos deslizamentos de terra, à falta de água ou ao aumento no preço de alimentos, por exemplo. Se um aquecimento global abaixo de 2°C já produz efeitos nocivos, imagine o que aconteceria se a gente ultrapassasse esse patamar. Teme-se que os impactos seriam tão fortes que não seria possível se adaptar a eles nem revertê-los.

Para se manter abaixo dos 2°C de aumento da temperatura média mundial, é preciso que os países assumam compromissos mais ousados. Os especialistas do IPCC avaliam que seria necessário atingir a chamada emissão zero a partir de 2040. Isso, na prática, significa a redução drástica das emissões de gases de efeito estufa, com mudanças profundas no nosso modo de produção e consumo, e a compensação do que não for possível reduzir com ações como o reflorestamento.


QUE PROPOSTAS OS SINDICATOS DEFENDEM?

O movimento sindical tem sido bastante atuante na Convenção do Clima e, ao longo do tempo, foi aumentando seu engajamento no processo. Prova disto foi que os trabalhadores foram reconhecidos em 2008, durante

a COP 14, na Polônia, como um dos grupos da sociedade civil que participam oficialmente das negociações.

Nesse contexto, os sindicatos têm defendido uma série de propostas e demandas, com prioridade para o conceito de transição justa. Esse termo foi trazido para as negociações climáticas com o objetivo de assegurar que as mudanças necessárias para se alcançar uma economia de baixo carbono respeitem os direitos das classes trabalhadoras. Na prática, ele se traduz nas seguintes medidas:

- Investimentos urgentes no desenvolvimento a longo prazo dos setores econômicos de baixas emissões de gases de efeito estufa, com o objetivo de criar trabalho decente;
- O diálogo social e consultas democráticas a atores sociais e partes interessadas nesse processo de transição;
- Formação e capacitação das trabalhadoras e trabalhadores, além de suas comunidades;
- Pesquisa e avaliação precoce dos impactos sociais e dos efeitos das mudanças climáticas sobre o emprego;
- Proteção social;
- Planos de diversificação econômico local.



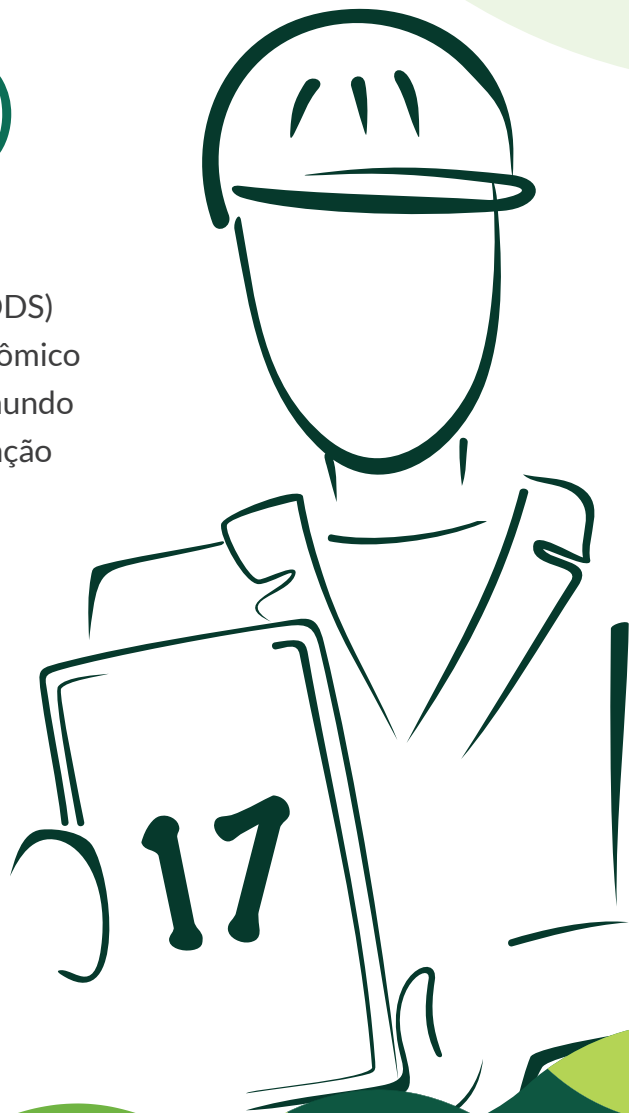
Neste ano, em novembro de 2014, a cidade de Lima, no Peru, sediará a COP 20. A realização da Conferência do Clima na América Latina pode ser encarada como uma oportunidade de o continente oferecer ao sistema multilateral caminhos para desbloquear as negociações, que andam a passos lentos e pouco promissores.

Essas alternativas passam pela revisão do próprio modelo de desenvolvimento adotado na região, baseado no extrativismo e na exploração intensiva de recursos naturais. A América Latina pode e deve oferecer ao mundo uma agenda que combine suas políticas bem sucedidas de enfrentamento da pobreza, redução das desigualdades e promoção da inclusão social, com uma nova visão sobre o uso sustentável de recursos naturais para a transição para as chamadas economias de baixo carbono.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)


O QUE SÃO OS ODS?

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma série de objetivos de caráter social, econômico e ambiental a serem alcançados pelos países do mundo todo até 2030. Eles estão em processo de negociação nas Nações Unidas desde a Rio+20, em 2012, e entrarão em vigor no dia 1º de janeiro de 2016, substituindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).



O processo de definição dos ODS termina em 2015, na Assembleia Geral da ONU. Atualmente, estão em discussão os 17 objetivos propostos pelo Grupo de Trabalho Aberto criado para esse fim:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Eliminar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem estar de todos, em todas as idades;
4. Assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem por toda a vida para todos;
5. Alcançar a igualdade de gêneros e capacitar todas as mulheres e crianças;
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável de água e saneamento para todos;
7. Assegurar o acesso a energia confiável, sustentável, moderna e a preço acessível para todos;
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego integral e produtivo e trabalho decente para todos;
9. Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles;
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Assegurar padrões sustentáveis de consumo e produção;

- 
13. Adotar ação urgente para combater as mudanças do clima e os seus impactos;
 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, promover a gestão sustentável de florestas, combater a desertificação, cessar e reverter a degradação da terra e cessar a perda de biodiversidade;
 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, oferecer a todos o acesso à justiça e construir instituições efetivas, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
 17. Fortalecer os meios de implementação e revigorar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.


Cada objetivo acima é subdividido em uma série de metas mais específicas. A proposta do Grupo de Trabalho Aberto que está em discussão traz 169 metas.



COMO ELES AFETAM NOSSAS VIDAS?

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não estabelecem compromissos vinculantes, ou seja, obrigatórios. Ainda assim, podem ter efeitos práticos importantes, ao definir prioridades e direcionar recursos de governos, de empresas e da sociedade civil.

Prova disso são os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, iniciados em 2000 para serem alcançados até o final de 2015. De forma geral, em termos de agenda e ousadia, eles foram um retrocesso em relação às conquistas das Conferências Sociais das Nações Unidas dos anos 1990. Mas, apesar de reducionistas e conservadores, os oito ODM ganharam a atenção da opinião pública mundial e mobilizaram bastante dinheiro por meio da campanha “Oito Jeitos de Mudar o Mundo”.

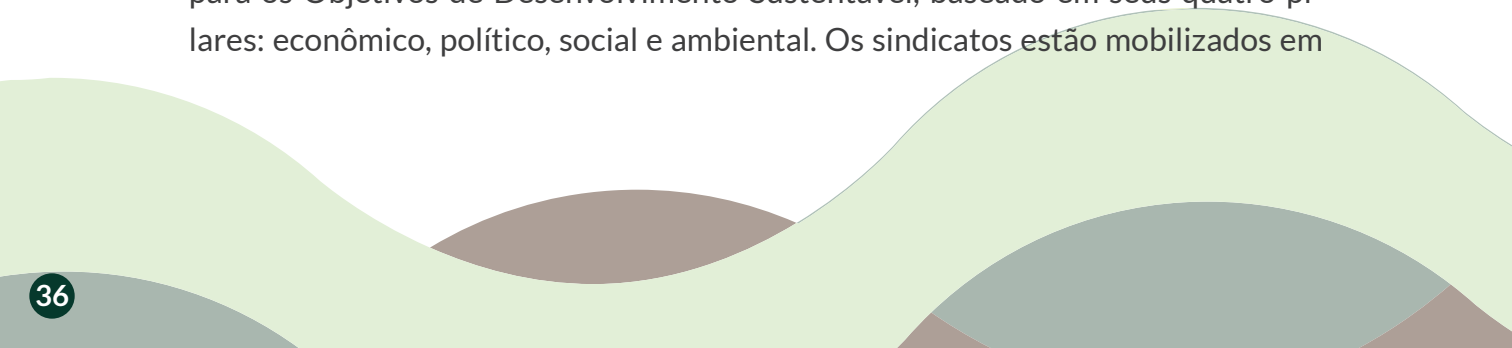


A plataforma dos ODM, além dos oito objetivos gerais, tinha 21 metas e 48 indicadores. Voluntariamente, o Brasil a ampliou para 24 metas e 60 indicadores. Desde 2000, esses compromissos vêm guiando tanto a criação e implantação de políticas públicas nacionais quanto a ação coordenada da sociedade civil brasileira.

Em outras palavras, mesmo que os ODS não avancem em relação a direitos já conquistados pelas trabalhadoras e trabalhadores, eles podem ser um importante plano de ação para se tentar implementar compromissos ainda não efetivados (como a criação de mais empregos decentes e a garantia de seguridade social). Para isso, é fundamental que a chamada Agenda Pós-2015 das Nações Unidas disponibilize recursos para a realização desses objetivos. Não por acaso, o financiamento é o tema mais crítico no processo de negociação dos ODS, assim como a definição dos indicadores.

QUE PROPOSTAS OS SINDICATOS DEFENDEM?

O movimento sindical defende o estabelecimento de um marco geral integrado para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, baseado em seus quatro pilares: econômico, político, social e ambiental. Os sindicatos estão mobilizados em



escala nacional e internacional para garantir que as trabalhadoras, os trabalhadores e suas famílias tenham acesso a uma vida digna e ao trabalho decente, em um ambiente saudável, considerando-se o mesmo tempo assegurar as necessidades e oportunidades para as gerações futuras.

Isso envolve compromissos com o emprego pleno, a negociação coletiva, a liberdade sindical, assim como a garantia de uma proteção social universal. Passa também pela qualidade e universalidade da educação e da saúde, pela igualdade e equidade de gênero e pela redução da desigualdade de renda. Envolve ainda a proteção do meio ambiente, o acesso a fontes de energia sustentáveis para todas e todos, a alimentos saudáveis e nutritivos, a água e saneamento, garantindo que as atividades humanas respeitem os limites do planeta.

Em termos mais específicos, os sindicatos brasileiros participam dos esforços conjuntos de movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil para influenciar a posição do governo do Brasil nas negociações dos ODS. Uma das propostas defendidas pelas trabalhadoras e trabalhadores é a taxação das transações financeiras internacionais, que tanto ajudaria a combater a especulação financeira, quanto geraria montantes significativos para ajudar a financiar a transição justa para um outro modelo de desenvolvimento.

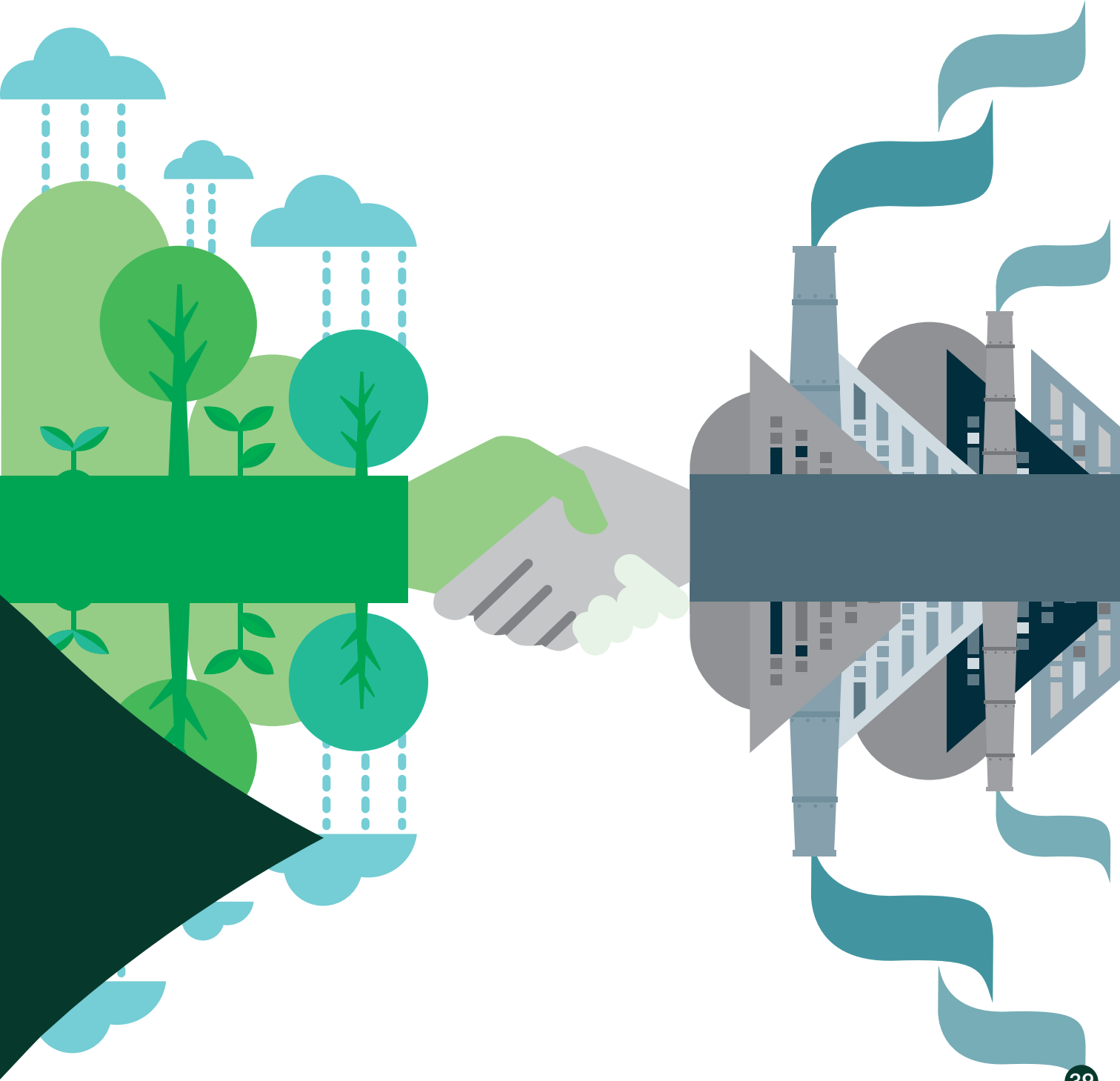


O Brasil de contrastes

O Brasil é referência na arena internacional em pontos chave do desenvolvimento sustentável, como: combate à pobreza, redução do desmatamento e matriz energética. Mas também somos o quarto maior emissor mundial de gases de efeito estufa e o campeão em uso de agrotóxicos.

Nossa matriz energética é relativamente limpa, graças às hidrelétricas e ao etanol. Porém usamos pouco outras energias renováveis, como a solar e a eólica. E as emissões de gases de efeito estufa do setor de energia vêm aumentando e, com o pré-sal, podem crescer ainda mais.


Na agricultura e na indústria também temos grandes desafios. É preciso investir na agricultura familiar, fazer a reforma agrária e ter uma política industrial sustentável, que reduza seu impacto sobre o ambiente e gere empregos decentes.





Grande poluidor com matriz energética limpa?

O Brasil tem ocupado lugar de destaque nas negociações internacionais em torno do desenvolvimento sustentável, mas internamente lida com grandes contradições e desafios. Por um lado, nosso país é reconhecido internacionalmente como um modelo de combate à pobreza, como um caso emblemático de redução do desmatamento e como o detentor de uma matriz energética relativamente limpa (menos dependente dos combustíveis fósseis). Por outro, ostentamos o posto de campeões mundiais no uso de agrotóxicos (muitos deles proibidos em outros países), somos o quarto maior emissor de gases de efeito estufa, continuamos a ser um dos países mais desiguais e seguimos destruindo cerca de 5 mil km² por ano da maior floresta tropical do mundo.



Nos últimos 12 anos, a política social brasileira alcançou resultados impressionantes. Mais de 28 milhões de brasileiros ultrapassaram a linha da pobreza (considerada pelo Banco Mundial como

uma renda de até dois dólares por dia). Com isso, o percentual de pobres em relação à população total diminuiu de 36% para 20%. A taxa de desemprego no país caiu pela metade e mais de 12 milhões de empregos formais foram criados nesse período. Além disto, houve um aumento real do salário mínimo de mais de 80% entre 2003 e 2011 e a renda domiciliar per capita também cresceu significativamente, fazendo com que o rendimento médio real da classe trabalhadora e o consumo das famílias voltassem a se expandir após um longo tempo de contração.

Em grande parte, esses bons resultados foram financiados por um crescimento econômico baseado na exploração e exportação de recursos naturais e commodities (bens primários cujo preço é negociado nas bolsas de valores, como a soja e o minério de ferro). Esse modelo de desenvolvimento criou uma perigosa dependência do capital financeiro nacional e, principalmente, estrangeiro. Além disso, o chamado agronegócio e os setores extrativos geram relativamente pouco emprego, precarizam o trabalho, concentram a renda na mão de poucos e entregam para a maioria os conflitos e injustiças sociais e ambientais.

Nosso país é palco da disputa entre os dois projetos de desenvolvimento já apresentados nesta cartilha: aquele defendido pelas trabalhadoras e trabalhadores e pelos movimentos sociais, baseado no equilíbrio das dimensões política, econômica, social e ambiental, contra aquele defendido pelos empresários, centrado na lógica de mercado e no ideário da economia verde. A produção de energia, a indústria e a agricultura são setores chave, que estão no centro dessa disputa. Os três apresentam muitas ameaças, mas também oportunidades para a transição justa rumo ao desenvolvimento sustentável de fato, como veremos a seguir.

Energia

DEITADO ETERNAMENTE EM BERÇO ESPLÊNDIDO?

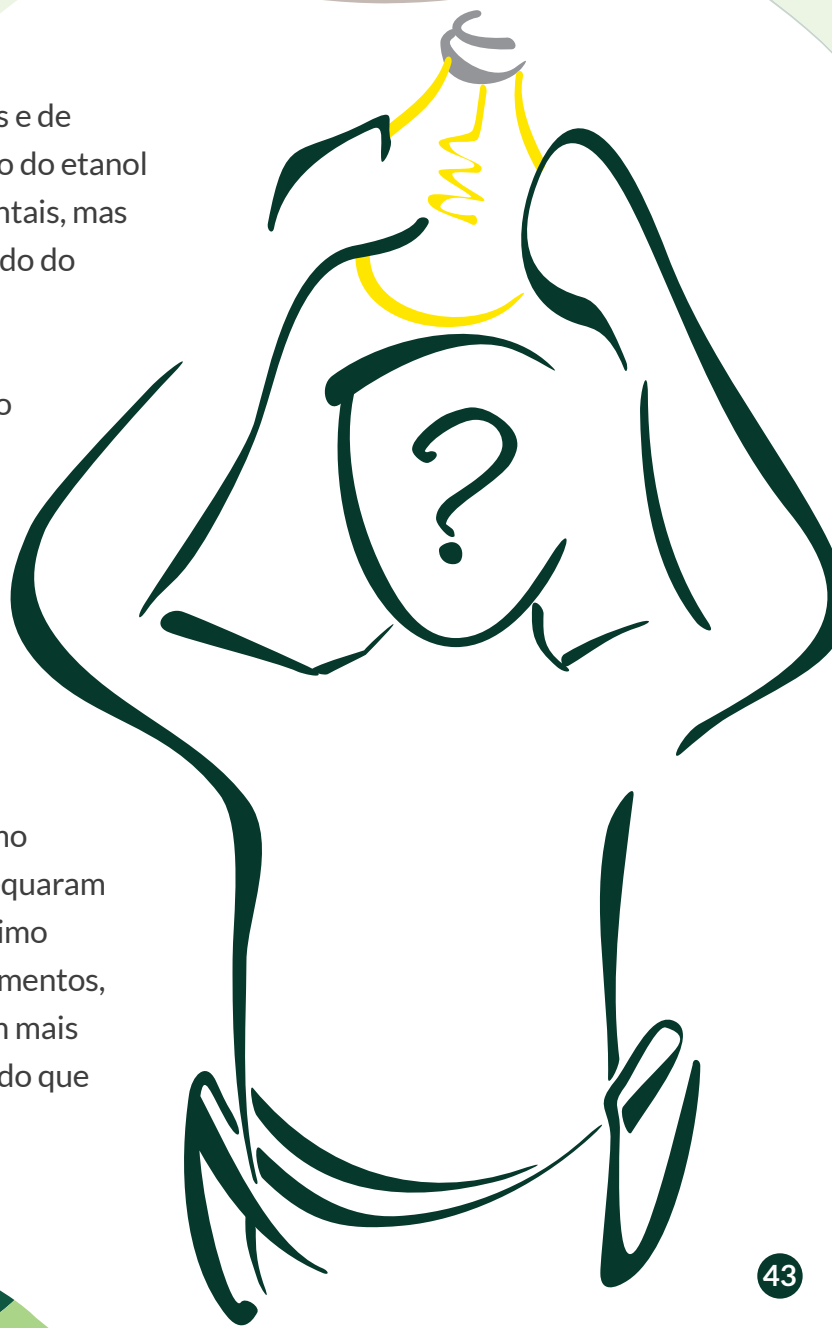
O Brasil produz energia de forma relativamente limpa, destacando-se como um exemplo positivo na comparação com outros países. Dados de 2010 revelam que enquanto a matriz energética mundial é composta por 81% de combustíveis fósseis (como o petróleo e seus derivados), aqui esse número é de apenas 53%. Isso acontece porque a participação de fontes renováveis (como as hidrelétricas e os biocombustíveis) chega a 45% do total da nossa matriz energética, enquanto no mundo ela se limita a 13%.


Quando olhamos apenas para a produção de energia elétrica, o Brasil se destaca ainda mais. O aproveitamento dos nossos rios gera 75% da eletricidade produzida no país.

Somos também o segundo maior consumidor mundial de biocombustíveis, atrás apenas dos Estados Unidos. E, até hoje, somos o único país em que o etanol (hidratado) é vendido como combustível sem ser misturado à gasolina. Além disso, o etanol (anidro) é misturado à gasolina em uma proporção bem superior àquela adotada em outros países.

O fato de termos tantas hidrelétricas e de termos sido pioneiros no uso massivo do etanol não se deveu a preocupações ambientais, mas atualmente se tornou um ótimo legado do ponto de vista da sustentabilidade. Não podemos nos iludir, porém, acreditando que o Brasil está deitado eternamente no berço esplêndido da matriz energética limpa. Há muitos limites e desafios batendo à nossa porta, que precisam ser reconhecidos e enfrentados.

Um desses desafios é aumentar a eficiência dos motores flex-fuel. Como as montadoras internacionais se adequaram ao mercado brasileiro tirando o máximo de proveito com o mínimo de investimentos, quando se usa o etanol, gasta-se bem mais combustível por quilômetro rodado do que quando se usa gasolina.





Outro desafio urgente é a transformação do setor sucroalcooleiro no Brasil. A produção de cana, historicamente, vem explorando a classe trabalhadora, inclusive com uso de trabalho escravo contemporâneo. Seus grandes monocultivos, geralmente nas mãos de latifundiários, têm invadido áreas da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais. Um exemplo gritante é o total desrespeito pelas terras dos Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul.

É preciso também que o Brasil invista mais na produção do chamado etanol de segunda geração. Conhecido como etanol de celulose, ele permitiria aproveitar o bagaço e a palha da cana.

Já em relação às hidrelétricas, existem sérias limitações à sua expansão, já que 60% do potencial de energia hidráulica do Brasil se encontra na Bacia Amazônica. O impacto da construção de grandes usinas nos rios Tocantins, Araguaia, Xingu e Tapajós pode ser desastroso, colocando em risco reservas florestais, parques nacionais e terras indígenas.

As polêmicas recentes envolvendo as hidrelétricas Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, e Belo Monte, no Rio Xingu, servem de alerta. Nessas grandes obras, não apenas tivemos desrespeito ao princípio da consulta prévia aos povos indígenas, como também as operárias e operários estiveram submetidos a péssimas condições de trabalho.

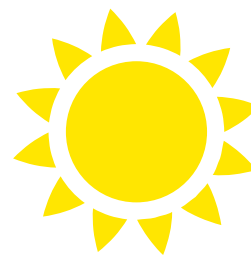
Além disso, é arriscado para o Brasil depender tanto dos recursos hídricos para a geração de energia elétrica. Com as mudanças climáticas e o consequente aumento no número e na intensidade das secas, o país pode cada vez mais enfrentar períodos em que a produção das hidrelétricas fique comprometida.

E O POTENCIAL DAS NOVAS ENERGIAS RENOVÁVEIS?

O termo novas energias renováveis foi criado justamente para se diferenciar dos impactos dessas duas tradicionais fontes renováveis: as grandes hidrelétricas e os biocombustíveis da primeira geração (como o etanol de cana). Entre as novas fontes renováveis estão o vento (energia eólica), o Sol (energia solar) e o calor existente no interior da Terra (energia geotérmica), além do mar, do esgoto, do lixo, dos dejetos de animais e de novas tecnologias que vão sendo constantemente descobertas e aperfeiçoadas.

A produção de energia eólica no Brasil deu um salto nos últimos anos, especialmente em 2012. Mas ainda usamos apenas 1% do nosso potencial.

Em relação à energia solar, também houve avanços recentes. Equipamentos residenciais para aproveitamento desse tipo de energia foram inseridos no programa de habitação popular *Minha Casa, Minha Vida*.



O Brasil tem clima propício para ampliar tanto o uso da energia dos ventos quanto do Sol. Mas enfrenta o desafio de ainda não ter capacidade tecnológica instalada nessas áreas. Não há, por exemplo, fornecedores locais dos principais componentes das usinas eólicas. E a maioria dos módulos fotovoltaicos (para transformação da energia solar) usados aqui são importados da China.

É preciso, portanto, incentivar as pesquisas, gerar tecnologia nacional. E, também, investir na criação e no fortalecimento de indústrias brasileiras desse setor, a fim de que elas alcancem escala para baratear a produção e, inclusive, possam concorrer internacionalmente.

Esses investimentos podem se traduzir na geração de empregos decentes no presente e no futuro. Dados do Relatório Anual 2014 da Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA na sigla inglesa), que não incluem as hidrelétricas,



mostram que em 2013 o setor de energias renováveis gerou 894 mil empregos no Brasil. Ficamos atrás apenas da China, onde foram gerados 2,4 milhões de empregos nesse setor.

As energias renováveis têm potencial de gerar trabalho decente também na zona rural. A produção de biodiesel pode (e deve) fortalecer a agricultura sustentável.

O Brasil tem tentado caminhar nesse sentido, com a criação do Selo Combustível Social. Esse programa prevê a redução dos impostos para as usinas de biodiesel que adquirirem pelo menos metade da sua matéria-prima da agricultura familiar.

É preciso, agora, aumentar os investimentos junto aos pequenos produtores, para que eles consigam de fato participar do programa. Falta apoio à organização dessas trabalhadoras e trabalhadores, acesso a tecnologia e a insumos.

O SETOR DE ENERGIA E OS GASES DE EFEITO ESTUFA

Apesar da matriz energética relativamente limpa, já sabemos que o Brasil é um grande emissor de gases de efeito estufa. Historicamente, isso acontecia por causa do desmatamento e das queimadas. Agora, a agricultura e, em segundo lugar, a produção de energia é que são os setores brasileiros que mais contribuem para o agravamento das mudanças climáticas.

No caso da energia, as emissões aumentaram principalmente por causa do setor de transportes. É preciso, portanto, melhorar o transporte público, que não acompanhou a forte expansão da frota automobilística ocorrida a partir de meados da década de 2000. Além disso, é necessário alterar a prioridade dada ao transporte de cargas, baseado nas rodovias. Temos que ampliar a malha ferroviária e aproveitar melhor nosso potencial de hidrovias e de transporte de cabotagem.

Outro fator que explica o aumento das emissões de gases de efeito estufa no setor de energia é o maior uso de termoelétricas. Elas têm sido acionadas com mais frequência, especialmente quando o nível de água dos reservatórios das hidrelétricas está baixo.

Há o risco dessa “contaminação” da matriz energética brasileira ficar ainda maior, por causa das descobertas das reservas de petróleo (e gás, inclusive o gás de xisto) do pré-sal, anunciadas oficialmente em novembro de 2007. Não há, em princípio, nenhuma contradição entre a exploração dessas riquezas e o compromisso para avançar rumo a uma economia de baixo carbono. Mas isso depende das estratégias de produção e gerenciamento dos benefícios.

Em outras palavras, os recursos do pré-sal podem contribuir com o financiamento da transição justa para o desenvolvimento sustentável. Eles devem ser investidos em educação e saúde, mas também em outras prioridades citadas aqui: energia eólica, energia solar, etanol de segunda geração, fortalecimento da agricultura familiar e remodelagem do setor de transportes, por exemplo.

Indústria

POR QUE O BRASIL CORRE RISCO DE PRIMARIZAÇÃO?

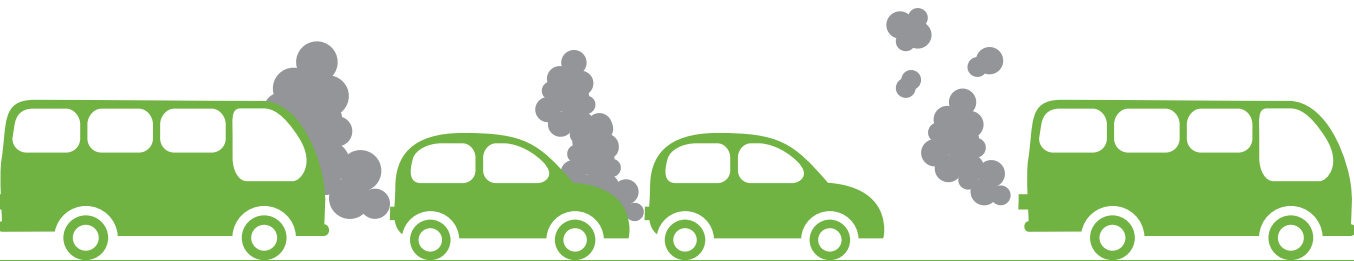
Depois de quase duas décadas perdidas nos anos 1980 e 1990, a indústria brasileira ainda sofre os malfeitos da ideologia neoliberal dos governos Fernando Henrique Cardoso e seus antecessores. Nos últimos anos, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) retomaram uma política ativa de apoio à indústria nacional, por meio da criação de novas instituições, da cooperação intragovernamental e de um diálogo entre o setor público, empresários e a classe trabalhadora.



Ainda assim, a economia brasileira corre o risco de sofrer um processo de primarização. Isso significa que a indústria vem perdendo terreno na participação na produção da riqueza nacional, ao mesmo tempo em que o país vem ampliando o peso da agricultura e do setor extrativo. Ou seja, cada vez mais, estamos nos inserindo nas cadeias globais de produção a partir de seus elos mais primários, como exportadores de recursos naturais e de commodities.

A crise econômica mundial deflagrada em 2008 aprofundou essa perda de importância relativa da indústria. Ela em si já é resultado de políticas que não priorizaram o investimento produtivo na economia real, ao se basearem na especulação financeira e no lucro de curto prazo. Como consequência, houve a perda massiva de empregos nos países mais afetados e o direcionamento de dinheiro público para socorrer os bancos.

A queda relativa da demanda por energia elétrica pelo setor industrial brasileiro, a partir de 2011, é reflexo dessa diminuição nos investimentos produtivos. Em 2010, o setor industrial respondeu por 39,6% do total de consumo de energia no Brasil, caindo em 2012 para 35,1% e, em 2013, para 33,9%. Esses números, infelizmente, não foram resultado de esforços para aumentar a eficiência energética, mas sim da crise vivida pela indústria.

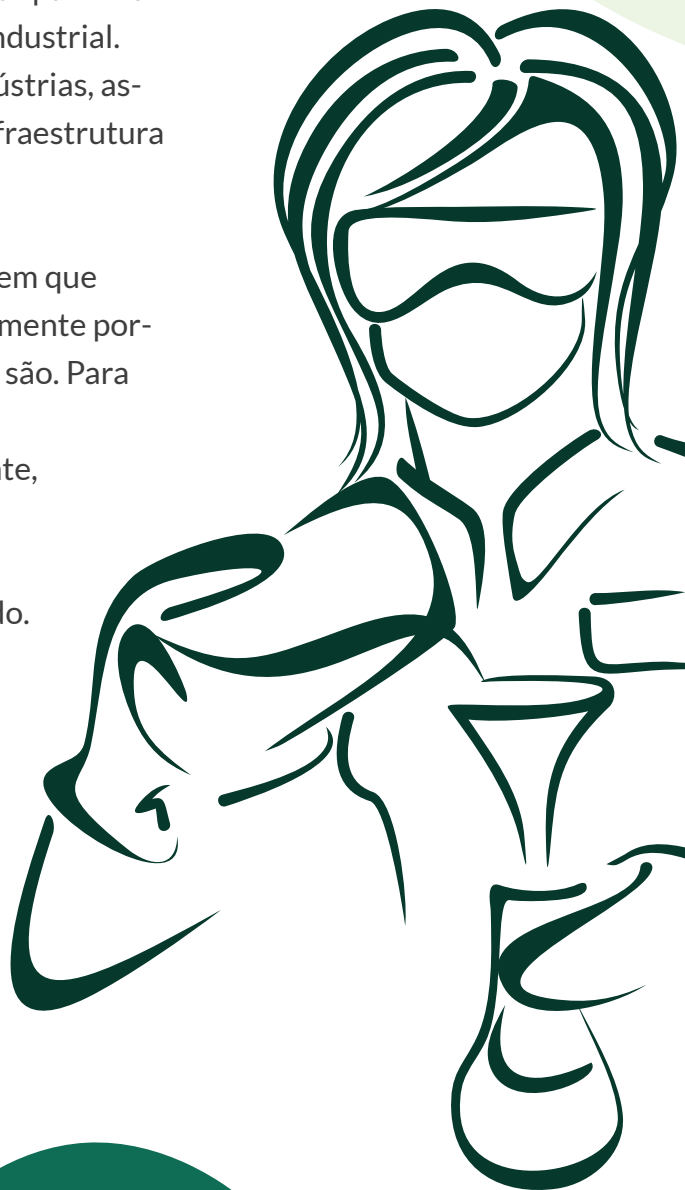


O QUE É UMA POLÍTICA INDUSTRIAL SUSTENTÁVEL?

Uma política industrial é um plano para encorajar padrões desejados de crescimento e desenvolvimento industrial. Ela foca estrategicamente alguns setores e indústrias, assim como planeja a expansão e a melhoria da infraestrutura de transporte e comunicação.

Nós, trabalhadoras e trabalhadores, sabemos bem que nem toda política industrial é sustentável, justamente porque nem todas as grandes obras ou indústrias o são. Para ser sustentável, a política industrial deve criar uma economia saudável e gerar emprego decente, ao mesmo tempo em que minimize os impactos negativos sobre o meio ambiente e avance na garantia dos direitos da sociedade como um todo.

Na prática, isso passa, por exemplo, por ações como: incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento, melhoria da eficiência energética, redução das desigualdades, garantia dos direitos trabalhistas e qualificação profissional.



E POR QUE MESMO NÓS PRECISAMOS DELA?

O livre mercado, como já vimos, não gera desenvolvimento sustentável. Muito pelo contrário. Portanto, não se pode confiar apenas em mecanismos voluntários, estabelecidos pelas próprias empresas, para se diminuir os impactos ambientais da sua atividade ou ampliar e democratizar os seus benefícios sociais e econômicos.

Para isso, é preciso que o Estado cumpra o seu papel, estabelecendo regulações claras e exercendo uma supervisão abrangente. Em outras palavras: precisamos de uma política industrial que crie um ambiente inovador, com subsídios e incentivos para setores estratégicos como o das energias eólica e solar. E que, também, planeje a adaptação e a transição dos setores da chamada economia marrom, resguardando os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores.

O trabalho é um elemento central na vida de cada pessoa e na organização da sociedade. Ele é um direito humano, que garante nossa sobrevivência material e faz parte da formação da nossa identidade. Mas pode ser, também, alvo de muitas violações e fonte de opressão. Sem trabalho decente, não há transição justa para o desenvolvimento sustentável.

Agricultura

POR QUE A AGRICULTURA É PARTE DO PROBLEMA?

Hoje o mundo produz comida suficiente para alimentar seus mais de 7 bilhões de habitantes, mas mesmo assim quase um bilhão passa fome. Ou seja: a questão é de desigualdade no controle e acesso aos alimentos, não de produtividade.

Em um futuro próximo, porém, o problema poderá ser inclusive de oferta, de falta de alimentos. Isso se o atual modelo de agricultura industrial continuar do jeito que está, sendo o grande responsável pela perda de biodiversidade, desmatamento e desertificação em todo o mundo (no Brasil, infelizmente, não tem sido diferente). Além disso, o chamado agronegócio é o maior consumidor de água potável e o principal agente de contaminação de rios, lagos e fontes subterrâneas. E, também, um grande emissor de gases de efeito estufa.



É importante destacar que o termo agricultura, aqui, está sendo usado no sentido amplo adotado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Isso significa que estamos nos referindo aos cultivos temporários e permanentes, mas também à pecuária, à caça, à pesca, à aquicultura e à exploração florestal.

Outro elemento fundamental para entender a insustentabilidade do modelo dominante de produção e consumo de alimentos no mundo é o fato de os preços serem determinados pelas bolsas de mercados futuros. Em Nova Iorque, Chicago, Londres, Paris, Amsterdam, Frankfurt, Hannover e até mesmo em São Paulo, produtos agrícolas são comercializados em contratos de compra e venda antecipada, que incentivam a especulação financeira. Ou seja: os alimentos estão cada vez mais caros e os agricultores estão cada vez mais pobres, já que o lucro vai para as corporações internacionais e para os fundos de grandes bancos e empresas que negociam nessas bolsas.

A economia brasileira vem se tornando cada vez mais dependente de um modelo de agronegócio baseado em grandes monocultivos, com uso intensivo de agrotóxicos, controlado por grandes corporações internacionais e voltado para a exportação. Os grandes latifundiários ocupam 76% das terras cultiváveis do país e recebem 86% do crédito disponível para o setor.

Esse modelo tem impactos perversos sobre o meio ambiente e sobre as classes trabalhadoras. Não por acaso, a chamada bancada ruralista no Congresso Nacional faz lobby para flexibilizar os direitos dos povos indígenas e dos quilombolas, a legislação ambiental e trabalhista. Um exemplo recente é a tentativa de rever o artigo

149 do Código Penal, que define o crime de trabalho análogo à escravidão, prática na qual muitos fazendeiros são flagrados todos os anos.

COMO A AGRICULTURA PODE SER PARTE DA SOLUÇÃO?

A agricultura é uma atividade fundamental para a sobrevivência e bem estar de qualquer sociedade. Muitos exemplos no Brasil e no mundo mostram que é possível produzir alimentos e matérias-primas de forma sustentável, respeitando as trabalhadoras e os trabalhadores, cuidando da natureza e distribuindo a riqueza gerada. A agroecologia, por exemplo, é uma prática que vem se fortalecendo entre o movimento camponês.

No Brasil, são justamente as agricultoras e agricultores familiares que produzem 70% dos alimentos que são consumidos pela população. É a agricultura familiar e camponesa que emprega 74% das trabalhadoras e trabalhadores do campo. Apesar disso, ela ocupa apenas 24% das terras cultiváveis e recebe somente 14% do crédito disponível para o setor.

A construção do desenvolvimento sustentável no nosso país, portanto, passa necessariamente pela reforma agrária e pela prioridade da agricultura familiar nos investimentos públicos no setor. Sem acabar com os latifúndios, será difícil enfrentar a super exploração da classe trabalhadora e do meio ambiente.

É famosa a música dos Titãs que diz: “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”. Vamos atualizar esse refrão: a gente não quer só comida, a gente quer alimentos saudáveis, produzidos de forma justa e sustentável.

Como continuar acompanhando esse debate?

Agora que você já chegou aqui, podemos repetir as perguntas que iniciaram este texto: por que um guia sindical sobre desenvolvimento sustentável? Mas, afinal, o que é o desenvolvimento sustentável? O termo tem o mesmo significado para todos os sujeitos e classes sociais? Na prática, o que nós, trabalhadoras e trabalhadores, temos a ver com esse debate?

Vocês devem ter percebido que essas são questões em permanente construção. Algumas respostas nós já apresentamos. Outras ainda virão: e queremos que vocês participem do processo de formulação delas.

A CUT integra a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip) e o grupo Carta de Belém. São espaços que concretizam as preocupações e as propostas apresentadas nesta cartilha - e nos quais as trabalhadoras e os trabalhadores podem ter um papel chave. Por isso, compartilhamos a seguir os endereços para suas respectivas páginas na internet.

Partilhamos também os principais textos e documentos que serviram de fonte para esse guia. Eles são referências importantes para quem quiser se aprofundar nesse debate.

Esperamos que este guia nos anime a seguir cada vez mais fortes nessa caminhada. Vamos juntos construir esse outro mundo possível!



Links úteis

grupocartadebelem.wordpress.com

www.cdes.gov.br

www.contraosagrotoxicos.org

www.csa-csi.org

www.equaltimes.org

www.forumclima.org.br/pt/home

www.ituc-csi.org

www.rebrip.org.br

Referências bibliográficas

BERTINAT, P.; STANCICH, E. e LLANOS, M. (2012). **Hacia Rio + 20: apuntes para el debate**. São Paulo: CSA.

CUT (2012). **Jornada pelo Desenvolvimento com Distribuição de Renda e Valorização do Trabalho**. Balanço 2011 e ações 2012. N° 2. Disponível em: http://cut.org.br/system/uploads/action_file_version/beffda3624092800135a14d86bb0a1e5/file/balanco-202011-20e-20acoes-202012-20-20dezembro-202011.pdf

CUT (2011). **Rio + 20 – Uma agenda Sindical Internacional para o Desenvolvimento Sustentável**. Documento elaborado para o seminário internacional “Rio + 20 - Trabalho e Desenvolvimento Sustentável: A perspectiva do Movimento Sindical das Américas”. São Paulo: CUT.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Anuário estatístico de energia elétrica 2013**. Disponível em: http://www.epe.gov.br/AnuarioEstatisticodeEnergiaEletrica/20130909_1.pdf

FASE (2011). **Rio + 20: resistir ao ambientalismo de mercado e fortalecer os direitos e a justiça socioambiental.** Disponível em: <http://rio20.net/pt-br/documentos/rio-20-resistir-ao-ambientalismo-de-mercado-e-fortalecer-os-direitos-e-a-justica-socioambiental/>

GALGÓCZI, B (2012). Low carbon economy and industrial jobs: can we have a best of both worlds? In: **Greening industries and creating jobs.** Brussels: European Trade Union Institute.

INDUSTRIALL GLOBAL UNION (2013). **Towards sustainable industrial policy.** Disponível em: http://www.industrial-union.org/sites/default/files/uploads/documents/Sustainability/a4_discussion_paper_en_web.pdf

LLANOS, M. e MAFFEI, L. (2010). **El cambio climático y el nuevo pacto ecológico mundial desde la perspectiva de los sindicatos latinoamericanos.** Disponível em: <http://www.sustainlabour.org/documentos/Cambio-climatico-y-el-nuevo-pacto-ecologico-mundial.pdf>

OXFAM (2011). **Crescendo para um futuro melhor.** Disponível Em: http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/cr-growing-better-future-090112-pt_0.pdf

SCHUTTE, G. R. (2014). **Energia e desenvolvimento sustentável no Brasil.** Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10954.pdf>

TONI, A. e MELLO, F. (2014). **De Varsóvia a Lima: onde estamos, o que virá a seguir e o que pode colocar a América Latina na agenda.** Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10979.pdf>



INSTITUTO
OBSERVATÓRIO
SOCIAL

